



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 016/2010

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/07/2010

HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 horas

LOCAL: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ
Rua XV de Novembro, 2987 – 5º andar – Sala do Plenário
Alto da XV Curitiba - PR

O Conselho Regional de Contabilidade – CRCPR, entidade fiscalizadora do exercício profissional, representado, neste ato, por seu Presidente, contador **Paulo Caetano de Souza**, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada pelo preço global, objetivando a **contratação de empresa especializada para implantação, operacionalização, desenvolvimento, transposição e adaptação de cursos direcionados ao Programa de Capacitação Profissional à Distância – “ Programa + Saber Contábil”**,, consistindo de atualização profissional para Contadores e Técnicos de Contabilidade **que estejam com seus registros ativos e regulares perante o CRCPR, por intermédio de ferramentas on-line**, mediante: **(a)** oferta de vagas para cursos do Programa de Ensino à Distância - PEAD; **(b)** construção de novos cursos para o Programa de Ensino à Distância; **(c)** atualização permanente do acervo de cursos do Programa; **(d)** publicação de matérias para manutenção do aprimoramento dos cursos do Programa; **(e)** desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados, complementares, para a continuidade dos serviços prestados aos aprimorandos do Programa, conforme Anexo I - Objeto deste Edital, que será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/06, suas alterações posteriores e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante; não serão recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a hora aprazada, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas ou enviadas, por qualquer meio, anteriormente à supracitada data.

O presente Edital encontra-se disponível aos interessados na Sede do CRCPR em Curitiba-PR, à Rua XV de Novembro, 2987, Alto da XV, e no endereço eletrônico:
www.crcpr.org.br



1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para especializada para implantação, operacionalização, desenvolvimento, transposição e adaptação de cursos direcionados ao Programa de Capacitação Profissional à Distância -“ Programa + Saber Contábil”, consistindo de atualização profissional para Contadores e Técnicos de Contabilidade **que estejam com seus registros ativos e regulares perante o CRCPR, por intermédio de ferramentas on-line, mediante: (a) oferta de vagas para cursos do Programa de Ensino à Distância - PEAD; (b) construção de novos cursos para o Programa de Ensino à Distância; (c) atualização permanente do acervo de cursos do Programa; (d) publicação de matérias para manutenção do aprimoramento dos cursos do Programa; (e) desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados, complementares, para a continuidade dos serviços prestados aos aprimorandos do Programa, conforme Anexo I - Objeto deste Edital.**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Orçamento Geral do CRCPR para o ano de 2010 e 2011.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente concorrência, sociedades empresárias legalmente estabelecidas no país que:

3.1.1. Atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

3.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

3.2. Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97 da Lei nº. 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;

b) Sob processo de falência, concordata ou insolvência civil;

c) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) Estrangeiras que não funcionem no País;



e) Cooperativas, conforme decisão nos autos da Ação Civil Pública nº. 1.082/2002, datada de 05/06/2003, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que tramitou perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília, na qual foi firmado acordo judicial pelo qual a União se comprometeu a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra e ainda recomendar às suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista o estabelecimento dessas mesmas diretrizes (cláusula 5ª do acordo);

f) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, suspenso;

g) Que estejam reunidas em consórcio ou coligação.

3.3. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, § 4º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.

3.4. No ato do recebimento do Edital desta Concorrência e seus Anexos deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

3.5. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

3.5.1. Questões Técnicas e Jurídicas: deverão ser formuladas por escrito até 5 dias úteis anteriores a realização do certame, e dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, na sede do CRCPR, situada Rua XV de Novembro, 2987, Curitiba-PR, ou enviar no endereço eletrônico licitacao@crcpr.org.br.

3.6. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e protocolizadas nos dias úteis, das 09h às 17h, no endereço acima, conforme legislação vigente, nos prazos abaixo:

3.6.1. Qualquer cidadão, em até cinco (5) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, cabendo ao Presidente da CPL decidir sobre a impugnação no prazo de três (3) dias úteis;

3.6.2. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, que comprove a legitimidade de quem a protocole, de acordo com os dados que constam em procuração, bem como o CNPJ da empresa, por documento original ou cópia autenticada.

3.7. A participação na presente concorrência implica para o licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos, devendo cumpri-los incondicionalmente, inclusive durante a execução do contrato.



3.8. O licitante deverá entregar pessoalmente ou encaminhar pelo correio, desde que devidamente identificados e desde que sejam entregues na Comissão Permanente de Licitação até a data e hora da abertura do primeiro envelope previsto no preâmbulo deste Edital, três envelopes fechados e indevassáveis, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação, a proposta técnica e a proposta de preços, anotados no anverso a razão social do proponente, a modalidade e o número desta licitação, bem como a identificação de seu conteúdo, conforme abaixo descrito:

Envelope nº. 1

Documentos de Habilitação

Razão Social da Licitante

Concorrência nº. XXX/2010 – Não abrir

Envelope nº. 2

Proposta Técnica

Razão Social da Licitante

Concorrência nº. XXX/2010 - Não abrir

Envelope nº. 3

Proposta de Preços

Razão Social da Licitante

Concorrência nº. XXX/2010 - Não abrir

3.9. As Propostas Técnica e de Preços deverão ser apresentadas em papel que identifique a licitante, suas folhas devem ser numeradas sequencialmente, redigidas em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras (sob pena de desclassificação), datadas, assinadas na última página, e rubricadas sob carimbo nas demais.

3.10. Somente poderá se manifestar nas sessões relacionadas ao presente Edital o representante legal de cada licitante, que, além do documento de identificação, deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação o instrumento do contrato de mandato, público ou particular, que comprove sua condição de representante da licitante.

3.11. Após o início da sessão pública de abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, não será admitido que nenhuma outra empresa retardatária participe da presente licitação.

4. DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no preâmbulo deste Edital, suas cláusulas e anexos.



5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O Envelope nº. 1 deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

5.1. A habilitação para participar desta **Concorrência** compreende a apresentação de documentos relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico Financeira, Certidões, Declarações, Comprovações e Atestados relacionados a seguir.

5.2. Todos os documentos relacionados a seguir, deverão ser apresentados sob a forma original ou de cópia reprográfica, devidamente autenticada em CARTÓRIO (exceto para os documentos emitidos pela Internet) e dentro do prazo de validade.

5.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) prova de registro comercial mediante apresentação da CERTIDÃO SIMPLIFICADA, com data não superior a 30 (trinta) dias da data do presente edital, que é fornecida pela respectiva junta comercial;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;

d) ato constitutivo devidamente registrado no cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

5.4. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) certidão de regularidade junto às Fazendas: Nacional, Estadual e Municipal, da sede da licitante, bem como junto à Secretaria da Receita Federal, na forma da lei;



d) certidões de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social, certidão da Previdência Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, certificados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente (com firma reconhecida em cartório), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial o Patrimônio Líquido igual ou superior a dez **(10%) por cento** do valor previsto no **item 9.1.**, e os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral - ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC iguais ou maiores que 1,0 (um vírgula zero), apurados pelas seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo)

Índice de Solvência Geral (ISG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo)

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante)

c) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado aos documentos referidos na alínea “a” deste subitem;

d) Certidões Negativas de Falência ou Concordata, expedidas pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante;

e) Onde não houver uma Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Concordata, bem como, deverão ser apresentadas as certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento;

f) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo da exigência de apresentação dos documentos relativos à matriz.

5.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



a) Ao menos dois atestados de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante desempenhou ou está desempenhando atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto deste instrumento convocatório (Ensino à Distância). O atestado deverá ser emitido sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser assinado por quem tenha competência para expedi-lo.

5.7. DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO-DE-OBRA:

a) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei Federal nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, de acordo com o modelo constante do **Anexo V**.

5.8. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE BENEFICIÁRIAS DO REGIME DIFERENCIADO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006:

5.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006 deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive aquela que comprova sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

5.8.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, o licitante, ainda assim, será habilitado, após o que o Presidente da Comissão Permanente de Licitação dará ciência aos licitantes desta decisão e se for declarado vencedor, intimará o licitante para, no prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento desta declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, § 1º, da supracitada Lei Complementar.

5.8.3. Durante o prazo referido no subitem 5.8.2., não poderá ser exigida a assinatura do contrato.

5.8.4. A não regularização da situação fiscal no prazo e condições disciplinadas no subitem 5.8.2. implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou revogar a licitação.

5.9. OBSERVAÇÕES:



5.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/2006 deverá apresentar o descrito abaixo, sob pena de, não o fazendo, anuir que se considere que renunciou ao seu direito:

5.9.1.1. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.9.1.2. Quando não for optante pelo SIMPLES NACIONAL, Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da supracitada Lei Complementar.

5.9.2. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto lícito.

5.9.3. Serão devolvidos fechados os envelopes de proposta técnica e proposta de preço aos concorrentes inabilitados, desde que não interponham recursos, após sua denegação ou após a desistência dos mesmos.

5.9.4. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação (com efeitos negativos).

5.9.5. Todos os documentos apresentados para comprovar a habilitação da licitante deverão apresentar identidade de número registro no CNPJ, vez que não será admitida a apresentação de documentos de estabelecimentos diversos, ressalvadas as certidões que só possam ser emitidas por meio do CNPJ da Matriz.

5.9.6. A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio.

5.9.7. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **60 (sessenta) dias** entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

5.9.8. A apresentação de cópia reprográfica autenticada do certificado de registro cadastral de quaisquer órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor, supre as exigências referentes à apresentação dos documentos aludidos, com exceção da certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na forma do que dispõe o art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.9.9. Só serão aceitos certificados de registro cadastral cujo objeto seja, comprovadamente, compatível com o objeto lícito.

5.9.10. Os documentos poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do



Registro Civil das pessoas naturais, competentes por força da Lei Federal nº. 8.935, de 18/11/1994, ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

5.9.11. Na hipótese da apresentação de documentos originais não acompanhados pelas respectivas cópias, esses serão anexados ao processo licitatório.

5.9.12. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

VI. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 2 - PROPOSTA TÉCNICA

O Envelope nº. 2 deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

6.1. O CADERNO DO *E-LEARNING*

O Caderno deverá conter as páginas (telas) do *E-Learning*, impressas e ordenadas de modo a reproduzir, fielmente, a navegação que será demonstrada na Internet, para comprovar que a Proposta Técnica da licitante atende cada um dos QUESITOS TÉCNICOS PONTUÁVEIS das Categorias Funcionalidades, Sistema de Informações e Desenho Pedagógico estabelecidos no **Anexo II** – Critérios para a Pontuação e Classificação das Propostas.

6.1.1. Apenas as páginas (telas) que tenham como objetivo demonstrar o atendimento dos Quesitos Técnicos Pontuáveis deverão ser impressas.

6.1.2. O papel usado para imprimir as telas do *E-Learning* deve ser branco, tamanho A-4, podendo a impressão ocorrer no formato “retrato” ou “paisagem”.

6.1.3. A primeira folha do Caderno – folha de rosto - deverá conter as seguintes informações:

Concorrência Nº. XXX/2010
Proposta Técnica - Caderno do *E-Learning*
Razão social da licitante
Número do CNPJ/MF da licitante
Data e assinatura do representante legal da licitante.

6.1.4. As páginas impressas deverão estar numeradas, rubricadas pelo representante legal da licitante e, no seu topo, identificados quais Quesitos Técnicos estão sendo documentados.

Exemplo:
Quesitos Técnicos demonstrados:



- F 7 – correio eletrônico disponível para todas as classes de usuários.
- F 8 – ferramenta *help desk* ou *chat* para atendimento aos estudantes.

6.2. DEMONSTRAÇÃO NA INTERNET

A demonstração ampla do *E-Learning* e, em especial, do conteúdo do Caderno do *E-Learning*, será realizada *on-line*, na Internet, para a verificação do atendimento de cada Quesito Técnico, aplicando-se a pontuação diretamente na página correspondente e, para os quesitos da Categoria Adaptação ao Programa, em planilha organizada pela Comissão Técnica.

6.2.1. As licitantes deverão manter ativos os sistemas utilizados para a demonstração na Internet do Caderno do *E-Learning*, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos Envelopes contendo as Propostas Técnicas, ou até a formalização da homologação e da publicação de seu extrato no DOU.

6.3. QUESITOS TÉCNICOS PONTUÁVEIS

Os Quesitos Técnicos Pontuáveis estão divididos nas categorias: Funcionalidades, Sistema de Informações, Desenho Pedagógico e Adaptação ao Programa.

6.3.1. A CATEGORIA FUNCIONALIDADES objetiva verificar em que proporção os quesitos do projeto são plenamente atendidos pelo *E-Learning* quanto a possuir ambientes virtuais para as diferentes classes de usuários e quanto ao atendimento das rotinas dos processos de inscrição, matrícula, senhas, comunicação e navegação.

6.3.2. A CATEGORIA SISTEMA DE INFORMAÇÕES objetiva verificar em que proporção o *E-Learning* possui ferramentas para o controle da leitura de mensagens e avisos e se dispõe de programas para gerar relatórios em tempo real, relativos aos acessos, estágio dos estudos e aproveitamento, de modo a munir os administradores de informações para o gerenciamento dos processos de ensino aprendizagem.

6.3.3. A CATEGORIA DESENHO PEDAGÓGICO objetiva verificar em que proporção o projeto pedagógico pode ser garantido, considerando a organização dos conteúdos e a sua apresentação aos estudantes, o percurso a ser observado para a realização dos estudos e o sistema de avaliação.

6.3.4. Os Quesitos Técnicos das categorias acima não documentados no Caderno do *E-Learning* ou não demonstrados na Internet receberão a pontuação zero.

6.3.5. A CATEGORIA ADAPTAÇÃO AO PROGRAMA objetiva verificar em que proporção o *E-Learning* atende as necessidades do Programa de Capacitação



Profissional, considerando o público alvo, a metodologia de realização dos cursos e os princípios gerais de qualidade estabelecidos pela Coordenação do Programa.

6.3.6. Os quesitos da categoria Adaptação ao Programa não deverão constar do Caderno do *E-Learning* e serão avaliados e pontuados depois de concluída a demonstração do *E-Learning* na Internet.

6.4. JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA:

As Propostas Técnicas dos licitantes que estiverem habilitadas serão julgadas pela Comissão Técnica, mediante critérios estabelecidos no **Anexo II** – Critérios para a Pontuação e Classificação das Propostas, resultando para cada Proposta Técnica um **Índice da Proposta Técnica (IPT)**

6.4.1. Será desclassificado o licitante cuja Proposta Técnica:

- a) Não atenda às exigências do presente Edital e de seus anexos, inclusive quanto à forma de apresentação do Caderno do *E-Learning*.
- b) Obtenha Índice da Proposta Técnica (IPT) inferior a 70% (setenta por cento) do maior Índice da Proposta Técnica obtido por um dos licitantes.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 3 - PROPOSTA COMERCIAL

O Envelope nº. 3 deverá conter a proposta de preço, com os elementos necessários à sua avaliação:

7.1. A proposta de preços para fornecimento e prestação dos serviços descritos no **Anexo I - Objeto** deste Edital, computadas todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao mesmo, deverá ser apresentada conforme modelo do **Anexo III**, em uma via, sem rasuras, entrelinhas ou ressalvas nos campos que envolvem valores, quantidades e prazos, devidamente datada e assinada pelo proponente ou seu representante legal.

7.1.1. No local, dia e hora designados na forma do item 6.5. supra, serão devolvidos os envelopes de número “3” dos licitantes inabilitados e desclassificados e abertos os envelopes de número “3” dos licitantes habilitados e classificados. Todos os documentos de Propostas Comerciais cujos envelopes forem abertos na sessão serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, facultada aos licitantes presentes sua assinatura.

7.2. Não será levada em consideração a proposta que não atender, integralmente ao Edital ou contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.



7.3. As Propostas de Preços dos licitantes que estiverem habilitadas serão julgadas mediante critérios estabelecidos no Anexo II – Critérios para a Pontuação e Classificação das Propostas, resultando para cada uma delas um Índice da Proposta de Preços (IPP).

7.4 Os preços apresentados na proposta de preço são fixos e irrevogáveis, salvo se o contrato for renovado ou aditado, podendo assim ser revisto os preços após 12 (doze) meses da assinatura do instrumento.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS LICITANTES

8.1. A classificação final dos licitantes far-se-á de acordo com a Pontuação Final (PF) obtida por cada licitante, calculada pela soma do Índice da Proposta Técnica (IPT) e do Índice da Proposta de Preços (IPP), de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = IPT + IPP$$

8.2. Será considerado vencedor o licitante que obtiver a maior Pontuação Final (PF), classificando-se as demais em ordem decrescente.

8.3. Em caso de igualdade na Pontuação Final (PF) entre dois ou mais Licitantes, ficará mais bem classificado aquela que tiver obtido a maior Pontuação Técnica e, se ainda houver igualdade, aquela que obteve a maior pontuação nos quesitos técnicos da Categoria Adequação ao Programa.

8.4. Após o que descrito nos itens anteriores, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação examinará a aceitabilidade da melhor proposta, decidindo motivadamente a respeito.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O recurso orçamentário previsto para o custeio máximo das despesas resultantes da concorrência a que se refere este edital, cujo cumprimento total do objeto descrito no Anexo I do presente, está estimado em **R\$ 794.526,33 (Setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e três centavos)**.

9.2. O CRCPR reserva-se o direito de não executar o montante previsto no item anterior, uma vez que serão pagos valores conforme a conclusão de serviços requisitados.

9.3. O preço total da prestação dos serviços não poderá ultrapassar o valor constante no item acima.



10. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

10.1. Os Envelopes de números 1, 2 e 3 serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação no local, dias e horas previstos e abertos em sessões públicas, podendo se estender o referido certame em até 03 (três) reuniões em datas a serem comunicadas pela CPL.

10.1.1. Serão aceitos envelopes enviados pelo correio, desde que devidamente identificados e que tenham sido entregues na Comissão Permanente de Licitação até a data e hora da abertura do primeiro envelope, conforme aviso de recebimento.

10.1.2. Não serão aceitos envelopes entregues depois da data e horário fixados no preâmbulo deste Edital.

10.2. Os Envelopes de número 1, 2 e 3 serão abertos no dia, local e hora previstos no preâmbulo deste Edital, e os documentos deles constantes serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, facultada sua assinatura pelos licitantes presentes.

10.2.1. O exame da documentação referida no subitem anterior poderá ocorrer na mesma data de seu recebimento ou em data posterior, a ser designada pela Comissão Permanente de Licitação.

10.2.2. Caso a abertura dos Envelopes de números 2 e 3 não possa fazer-se imediatamente após a abertura dos Envelopes de número 1, aqueles serão rubricados em seus fechos pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, facultada sua assinatura pelos licitantes presentes.

10.3. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação anunciará o resultado da licitação, abrindo-se prazo para a interposição de recursos contra as decisões referentes a esta.

10.4. Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes contendo as Propostas Técnicas, descabe desclassificar licitantes por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, bem como não poderão os licitantes desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente.

10.5. Após a abertura dos Envelopes contendo as Propostas Técnicas, a sessão será suspensa pelo tempo necessário, com o intuito de que a Comissão Técnica possa analisá-las quanto à correta forma de identificação e apresentação dos quesitos técnicos pontuáveis.



10.6. Para a Demonstração na Internet, cada licitante fará a própria demonstração, usando um computador e um projetor de multimídia, disponibilizados pela Comissão Permanente de Licitação, na presença da Comissão Técnica e dos licitantes que desejarem participar desta etapa, quando ocorrerá a pontuação de cada quesito técnico, na forma descrita no item 6.2. e apurada a Nota Técnica de cada licitante.

10.6.1. Encerrada a demonstração, a Comissão Técnica encaminhará a Comissão Permanente de Licitação os resultados da pontuação técnica.

10.7. Serão devolvidos fechados os Envelopes de Proposta de Preço aos concorrentes desclassificados, desde que não interponham recursos, após sua denegação ou após a desistência dos mesmos.

10.8. Decorridas as fases anteriores, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação anunciará a classificação final dos licitantes, com o que abrir-se-á prazo a interposição de recursos contra as decisões referentes a esta fase.

10.9. Em todas as fases de julgamento das propostas, será consultado aos participantes acerca da possibilidade de desistência/ renúncia ao direito de recorrer, que deverá ser expresso e/ou constar na respectiva ata.

11. DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

11.1. A critério da Comissão Permanente de Licitação, todas as decisões referentes a esta Concorrência poderão ser divulgadas conforme segue, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial seja obrigatória:

a) nas sessões de abertura dos Envelopes;

b) no Diário Oficial da União;

c) no sítio do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná:
www.crcpr.org.br;

d) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelos licitantes.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. O recurso interposto será dirigido à autoridade superior (Presidente do CRCPR), por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.



12.2. Os recursos deverão ser instruídos, pelo menos, com Procuração com poderes específicos outorgados ao subscritor do recurso.

12.3. Interposto o recurso, dar-se-á oportunidade aos demais licitantes para impugná-lo, no mesmo prazo do subitem 12.1.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decorridas as fases anteriores, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará os autos do processo, devidamente instruído, à Presidência do CRCPR para homologação e conseqüente adjudicação de seu objeto à empresa vencedora do certame.

13.2. A homologação do resultado desta licitação ou a adjudicação de seu objeto à empresa vencedora do certame não obrigam o CRCPR à aquisição do objeto licitado.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Homologado o resultado desta licitação, o licitante vencedor deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer ao CRCPR - Curitiba, para contratação, que será formalizada mediante assinatura de instrumento de contrato, conforme **Anexo IV – Minuta do Contrato** deste Edital.

14.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura e terá eficácia a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a prorrogação a 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com a redação que lhe deu a Lei nº. 9.648/98.

14.3. No interesse da Administração, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, cabendo reduções maiores à luz do inciso II do § 2º do artigo 65 da referida Lei.

14.4. Para instruir a formalização do contrato ou instrumento equivalente, o fornecedor dos serviços deverá providenciar e encaminhar ao CRCPR, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar;



14.5. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas;

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado após processamento interno, mediante a apresentação no setor de Contabilidade do CRCPR, de Nota Fiscal/Fatura, emitida em duas vias, devidamente certificadas e atestadas pelo setor competente, devendo conter no corpo das Notas Fiscais/Faturas, a descrição do objeto, o número do contrato e o número da conta bancária da contratada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação.

15.2. O CRCPR reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver prestado o serviço descrito na Nota Fiscal/Fatura, ou, se o tiver prestado, este não estiver de acordo com as especificações constantes do **Anexo I – Objeto** deste Edital.

15.3. O pagamento somente poderá ser efetuado se a licitante estiver em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 5.4, alíneas “c” e “d”, deste Edital.

15.4. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

15.5. No caso de pagamento pelos SERVIÇOS CONTÍNUOS os mesmos serão pagos conforme a demanda ocorrida, ou seja, no caso dos alunos ocupantes das vagas, que podem chegar até 7.500 (sete mil e quinhentas), só serão pagas aquelas vagas cujos alunos matriculados cumpriram no mínimo 50% (cinquenta por cento) das atividades do curso escolhido, independentemente de obterem ou não a aprovação final, que poderá se aferir mediante relatório mensal/ trimestral a ser fornecido pela Contratada.

16. DAS PENALIDADES

16.1. A adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, pela Contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual, ou

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao CRCPR.



16.1.1. . Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação do serviço, objeto da presente licitação, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



16.2. O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do CRCPR e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do contrato. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

16.3. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

16.4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

16.4.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Presidência do CRCPR.

16.5. Não serão conhecidos os recursos enviados pelo correio, telex, facsímile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

17. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Contratante.

17.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.3. A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração do CRCPR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná.

18.2. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública de recebimento e abertura das propostas.



18.3. Fica assegurado ao CRCPR o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.4. Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CRCPR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização de qualquer das sessões públicas previstas na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

18.7. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no CRCPR.

18.8. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação ou pela Autoridade Competente.

18.9. Integram o presente Edital:

Anexo I – Objeto;

Anexo II – Critérios para a Pontuação e Classificação das Propostas;

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV – Minuta do Contrato;

Anexo V – Declaração Relativa ao Trabalho de Menores;

Curitiba - PR, 14 de maio de 2010.

Contador **PAULO CÉSAR CAETANO DE SOUZA**
Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR